



8

Erros comuns na escrita científica em língua portuguesa

Diogo Araújo DeSousa
Tiago Cavalcanti

Embora seja frequente escutar de graduandos e pós-graduandos desabafos sobre as dificuldades que encontram para produzir seus textos acadêmicos, a tarefa de escrever é, em tese, simples. Sim, simples. Escrever é tão somente unir um conjunto de símbolos restritos – em nossa língua, exatamente, vinte e seis – em um espaço branco. O problema está em outra instância da escrita, a instância que deve ser pretendida pelos acadêmicos: escrever bem. E escrever bem, no entanto, não é tão simples.

Para a realização dessa tarefa hercúlea, uma porção de regras, restrições, dúvidas e revisões somam-se às já dezenas de leituras imprescindíveis e ao bloqueio intelectual, muitas vezes só rompido às vésperas do prazo de entrega. Nesse empenho – e muitos se empenham de verdade para escrever o melhor possível –, diversas são as peças que a nossa língua prega.

O objetivo deste capítulo é, então, discutir alguns “erros” comumente encontrados em artigos, teses, dissertações e outros manuscritos no tocante à adequação da língua portuguesa à escrita científica. Os exemplos aqui discutidos são produtos de anos de revisões de texto e foram selecionados por serem recorrentes nas mais diversas áreas – das ciências humanas às exatas.

Mas o que queremos dizer com “adequação da língua à escrita científica”? Para entendermos isso, é necessário ter clara a noção de “gênero”. Gêne-

ro textual tem sido a categoria sobre a qual os estudiosos da linguagem vêm se debruçando nas últimas décadas para entender melhor os mecanismos que movimentam a comunicação humana. Em termos práticos, o estudo do gênero busca demonstrar que, além de ser um acontecimento comunicativo, o texto é um evento social em que relações de poder, de respeito e de persuasão são estabelecidas a depender de sua qualidade linguística (Bakhtin, 2000; Marcuschi, 2002).

O estudo do gênero entende que em cada momento é exigido das pessoas um “comportamento de linguagem” e que elas precisam ter competência linguística para migrar com maestria de uma situação de comunicação para outra. Gêneros são acontecimentos linguísticos gerados por interações comunicativas que são tão inúmeras quanto são nossas formas de relações sociais (Marcuschi, 2002). Uma piada, por exemplo, embora bem-vinda em uma conversa despretensiosa entre amigos, pode ser inconveniente em situações em que a seriedade e o silêncio são lei. Do usuário da língua, é exigido esse domínio, esse “tato” em relação à adequação linguística nas nossas interações comunicativas.

Parece óbvio, mas infelizmente essa percepção não é tão evidente quando analisamos textos acadêmicos.¹ Inúmeras são as dissertações, teses e outras produções científicas com escrita desleixada, com ambiguidades excessivas, com uso de provérbios e com erros de concordância que não são aceitáveis vindos de indivíduos que carregam os mais altos títulos do sistema educacional do país. Adequar-se ao gênero científico, isto é, adequar-se ao paradigma social que se espera dos cientistas é, pois, ratificar o compromisso com as honrarias acadêmicas agregadas (Ph.D., Doutor, Mestre, Especialista, Licenciado, Bacharel) e com a qualidade vocabular que essas alcunhas inspiram socialmente. Desvios gramaticais em textos acadêmicos significam muito mais do que meros deslizos: são uma demonstração de descuido com o próprio idioma e com a ciência.

O exercício científico traz consigo a obrigação de escrever e publicar como parte do processo de investigação. Os resultados dos nossos estudos devem ser comunicados – escritos e publicados – em uma linguagem adequada ao seu gênero. A linguagem científica deve transmitir objetivamente informações acerca das pesquisas e trabalhos realizados. Portanto, deve ser clara e precisa, evitando expressões com sentido vago ou que possam abrir espaço para interpretações equivocadas (Bem, 2003; Day, 2001; Granja, 1998). O

¹ Embora a definição de texto compreenda em seu significado os discursos orais e escritos, a crítica aqui elaborada limita-se à produção escrita. Afinal, o texto científico quando exposto no modelo de palestra, por exemplo, permite maior flexibilidade e desvio gramatical assegurados pela Oratória e Pragmática – áreas que dominam a atividade verbalizada.

texto deve seguir as normas e regras do idioma em que é escrito para assegurar que todas as informações sejam acessíveis aos leitores e compreendidas devidamente (Bem, 2003; Trzesniak & Koller, 2009).

Seguir essas indicações gera ainda outros benefícios. Segundo Bem (2003), a diferença entre os manuscritos que são aceitos para publicação e aqueles que são recusados “por pouco” geralmente se encontra na forma como eles estão escritos. Bem (2003), autor e editor de periódicos internacionais, alerta-nos: os pesquisadores não podem esperar que editores e revisores percebam a grandeza do seu trabalho por trás de uma escrita poluída que a ofusca (Bem, 2003).

Como afirmaram Trzesniak e Koller (2009), um texto bem escrito e adequado causa uma boa impressão aos editores, o que inclusive ajuda a reduzir o tempo entre a submissão do manuscrito e a sua publicação. Um trabalho com “erro de apresentação nas normas ou na escrita culta de seu texto pode ser interpretado pelos revisores ou editores como desleixo” (p. 22). Desleixo esse que muitos podem atribuir não apenas à confecção do texto, mas a toda a investigação, pesquisa, ou trabalho conduzido. Em outras palavras, apresentar um texto inadequado quanto às normas e ao gênero científico pode comprometer a sua credibilidade como cientista.

Ainda assim, os desvios da norma padrão gramatical são frequentes em diversos escritos acadêmicos. É por isso que escrevemos este capítulo. Para discutir questões que ajudem a evitar problemas comuns na redação científica. Para dialogar sobre como respeitar as normas da língua portuguesa e lapidar a sua escrita. A partir daqui, discutiremos um a um alguns dos desvios constantes encontrados nos manuscritos que revisamos durante nossa experiência com esse trabalho. Os exemplos apresentados foram adaptados com finalidade didática e se referem ao campo da Psicologia – área de atuação do primeiro autor –, mas os desvios discutidos são comuns a escritos de todas as áreas.

DESVIOS DE ESTILÍSTICA

Figuras e vícios de linguagem. As figuras de linguagem são muito utilizadas em diversos gêneros textuais, como poemas, cantos e epopeias. Nesses gêneros, os quais prezam pela subjetividade, elas funcionam genialmente. Nos textos científicos, no entanto, são tão inadequadas quanto desnecessárias. Em textos acadêmicos, a exatidão e o rigor formal devem ser privilegiados, tendo em vista que a mensagem precisa ser transmitida de maneira clara e objetiva. Figuras de linguagem apenas ridicularizariam um texto que deve ser, antes de tudo, prático. Um conselho básico: deixe as figuras de linguagem e de estilo para os escritos literários, afinal, ciência não é literatura poética (Trzesniak & Koller,

2009). Por isso, prefira uma linguagem simples a uma floreada. Caso contrário, seu texto ficará poluído de metáforas, prosopopeias, ecos e pleonasmos.

É preciso estar ciente que essas figuras de linguagem só assumem a função de recursos de estilo e de qualidade textual quando bem empregadas. Mesmo as metáforas mais criativas e profundas tornam-se vícios de linguagem quando usadas em textos aos quais elas não convêm, como os científicos. Nada adicionam a eles ou ainda atrapalham sua leitura. Vamos a alguns exemplos.

Metáfora. *“O estado civil dos participantes apresentou resultados inesperados, afinal, entre jovens, na flor da idade e com os hormônios atuando a todo vapor; esperava-se que aqueles que se declararam solteiros tivessem índices de relações sexuais mais elevados do que os comprometidos”.* A metáfora é uma figura que consiste em comparar duas ideias que guardam razão de similaridade. No entanto, metáforas mal colocadas ou desgastadas como estas são evidentes clichês, que nada adicionam ao texto e ainda comprometem a sua objetividade. Uma opção simples para reescrever esse trecho objetivamente seria suprimir a metáfora ou trocá-la por alguma expressão mais adequada, como *“entre jovens na puberdade”*.

Eco. *“Este estudo teve como objetivo investigar autoestima e comportamentos infratores; observando as relações de tais comportamentos com esse construto que é sempre lembrado, mas pouco estudado, especialmente dentro do tema abordado”.* O eco é um recurso que, em poemas, traz cadência. Nos demais textos, no entanto, traz incômodo. Rer o seu texto em voz alta ajuda a identificar casos em que esse vício atrapalha a escrita científica.

Pleonasmo. *“A grande maioria dos participantes na condição experimental apresentou efeitos maiores que o grupo-controle. [...] Estudos realizados há décadas atrás já demonstravam os efeitos negativos do uso de drogas nas habilidades cognitivas. [...] As análises se basearam nos três pilares fundamentais da psicologia positiva. [...] Os comportamentos compulsivos são um dos principais sintomas indicativos do TOC. [...] Para que a intervenção funcione, é preciso planejar antecipadamente seus elementos constituintes. [...] A Tabela 1 traz um resumo sintético dos dados relativos às crianças em situação de rua. [...] Foi obtida a autorização prévia do comitê de ética”.* No pleonasmo, palavras são usadas com o intuito de reforçar uma ideia e subjetivá-la ainda mais. Entretanto, quando esse reforço se torna óbvio, como nos exemplos citados, o resultado é um texto mais longo e repleto de palavras desnecessárias que incomodam os leitores mais atentos – exatamente aqueles que lhe avaliarão. Afinal, *“maioria”* é um termo que já indica *“grande parte”*; o verbo *“haver”* já indica tempo passado; a definição de *“pilar”* já inclui a noção de *“fundamental”*; e o conceito de *“sintoma”* já significa, por si só, uma manifestação ou queixa *“indicativa”* de algo; e assim por diante.

DESVIOS DE PONTUAÇÃO

Sinais de pontuação são elementos presentes em quase todos os idiomas. Isso porque há a necessidade de não só escrever bem, mas escrever de modo organizado. Tenha sempre em mente que, se a pontuação não torna nem a leitura nem o visual do seu texto mais agradável, significa que você não está aplicando bem esse recurso.

Vejamos um exemplo: *“Os dados encontrados mostram que a correlação proposta por Silva, Souza e Santos (2010), pode sim existir, afinal a renda e a escolaridade não são baixas e também pode indicar que o número de adolescentes que fazem uso de camisinha com o intuito de evitarem a contração do vírus da AIDS e a prevenção da gravidez precoce parece indicar que há uma mudança nas posturas adotadas pelos nossos jovens, talvez pela massificação das políticas públicas de prevenção e também, como afirma levantamento feito por James (2004), pelo processo de descentralização de ações e serviços de saúde proposto pelo Sistema Único de Saúde (SUS), a partir do qual a atenção à saúde dos adolescentes foi reorientada primordialmente para o nível primário da atenção à saúde, a atenção básica”*.

Os sinais de pontuação têm como representantes maiores a “vírgula” e o “ponto final”. Este para determinar conclusão de ideias e aquela para marcar continuidade de pensamento. No exemplo citado, temos dez linhas que não apresentam outro ponto final que não – evidentemente – o último. Se os leitores precisam ler tantas palavras para uma única ideia, é garantido que, ao chegar ao final da sentença, eles nem se lembram mais de seu início, e acabam não entendendo a ideia. Se o mesmo trecho fosse reescrito com frases curtas e diretas, certamente se tornaria mais claro e não cansaria os seus leitores com vírgulas exageradas e excesso de conectivos como “e”, “também”, “afinal”, “a partir”. A solução é simples: se você já estiver na quarta linha de uma sentença e ela não tiver acabado, busque finalizá-la e retomá-la na próxima ou em outra mais adiante. Isso quase sempre é possível e o seu texto ganha em clareza e organização.²

Outros exemplos relacionados à pontuação: *“Nota-se que a ocorrência de um aborto anterior à atual gestação, gera um decréscimo no estado de saúde e bem-estar. [...] Smith e Jones (2004), afirmam que, cognição social é o estudo da maneira como o indivíduo seleciona, interpreta e usa a informação para juízo e tomar decisões”*. Tais erros são comuns a muitos escritos. Precisamos ter em mente que a vírgula não deve separar, na norma padrão, sujeitos de ver-

² Essa sugestão, embora eficiente, não é regra. Parênteses e ressalvas, por exemplo, nem sempre implicam em uma leitura cansativa.

bos principais ou verbos de seus complementos – nos exemplos, “a ocorrência do aborto gera” e “Smith e Jones (2004) afirmam algo sobre cognição social”. Não cabem vírgulas entre essas palavras, pois não há quebra no pensamento e na mensagem. A referência é o sujeito da sentença.

O problema do mau uso da vírgula torna-se ainda mais grave quando envolve dois tipos específicos de orações: as subordinadas adjetivas restritiva e explicativa. Estes exemplos tornam a explicação mais prática: “*O abuso sexual que ocorre dentro de casa precisa ser denunciado*”; “*O abuso sexual, que ocorre dentro de casa, precisa ser denunciado*”. No primeiro caso, a oração restritiva utilizada especifica quais os abusos que precisam ser denunciados: os que ocorrem dentro de casa. Isto é, nela, a mensagem se restringe a esse tipo de abuso sexual. Já no segundo caso, a mensagem passada dá a entender que todo abuso ocorre dentro de casa, pois a oração entre vírgulas assume finalidade explicativa. É preciso tomar muito cuidado com a pontuação em frases assim, pois nelas a vírgula é capaz de alterar drasticamente a ideia transmitida pelo texto.

Outro tópico relativo à pontuação é o uso exagerado de apostos, orações intercaladas ou ressalvas. Por exemplo: “*Desenvolvida, em seu formato inicial, em meados do século XX, a teoria evolutiva vocacional, umas das principais teorias na área do desenvolvimento de carreira, postula que o desenvolvimento vocacional, que compreende diversos aspectos da vida profissional do indivíduo, se dá através de cinco grandes estágios, cuja sequência é compreendida como um maxiciclo vital, chamados de: Crescimento, Exploração, Estabelecimento, Manutenção e Aposentadoria*”. Esse trecho abusa do uso desses recursos, que quebram a sequência da frase principal e das outras mensagens que se pretende passar.

O mesmo trecho poderia ser reescrito da seguinte forma: “*A teoria evolutiva vocacional é uma das principais teorias na área do desenvolvimento de carreira. Seu formato inicial foi desenvolvido em meados do século XX. Para essa teoria, o desenvolvimento vocacional abrange diversos aspectos da vida profissional do indivíduo e se dá por meio de cinco grandes estágios: Crescimento, Exploração, Estabelecimento, Manutenção e Aposentadoria. A sequência desses estágios é compreendida como um maxiciclo vital*”. Dessa maneira, a leitura fica mais clara, e a compreensão do texto também.

DESVIOS DE SINTAXE

Em escritos científicos, os desvios de sintaxe – parte da gramática responsável pela disposição das palavras na frase e das frases no discurso, bem como da relação lógica entre elas – vão muito além dos clichês “nós vai” e “a gente vamos”. Os erros de concordância e de estrutura nos textos científicos são, em

geral, produtos de formulações de frases mais complexas, ou ainda de momentos em que redigitamos algo, apagando e modificando o que havíamos escrito anteriormente. Seguem alguns exemplos.

Problemas causados por distância entre sujeito e predicado. *“Tempos de reação menores quando a seta substitui uma classe particular de estímulos indica um viés na atenção para esse tipo de estímulo”. [...] “Os vínculos que a criança estabelece com seus pares é a principal fonte de relações cooperativas, nas quais se estabelece o respeito mútuo”.*

Os dois desvios de sintaxe foram provavelmente gerados pelo distanciamento entre o sujeito (praticante da ação) e o predicado (ação praticada). No primeiro exemplo, “Tempos”, núcleo do sujeito, está a doze palavras de diferença de seu verbo referencial “indicar”. No segundo exemplo, “vínculos” está a sete palavras do verbo “ser”. Em ambos os casos, além da localização espacial na frase ser um agravante, os termos presentes entre essas palavras (“seta”, “classe particular”, “criança”) parecem tornar a frase que inicialmente era plural em singular. A solução é tão antiga quanto eficiente: perguntar sempre ao verbo quem o está praticando. Assim, no primeiro exemplo, “os tempos de reação *indicam* um viés” e, no segundo, “os vínculos *são* a principal fonte”.

Problemas causados pela inversão da ordem direta. A redação científica deve priorizar, além da escrita simples e clara, a ordem direta (Bem, 2003). Por isso, é preferível que, sempre que possível, as orações sejam formuladas seguindo a estrutura “sujeito + verbo + restante do predicado”. Essa ordem facilita a leitura e deixa o texto mais claro. Por exemplo:

“Afirmam as maiores pesquisas na área de tratamento da ansiedade infantil que são maiores os benefícios para as crianças diagnosticadas com esse tipo de transtorno se algum trabalho com os pais for também contemplado pelas intervenções”. Esse trecho possui diversas orações em ordem inversa. Se reescrito na ordem direta, teríamos: *“As maiores pesquisas na área de tratamento da ansiedade infantil afirmam que os benefícios para as crianças diagnosticadas com esse tipo de transtorno são maiores se as intervenções também contemplarem algum trabalho com os pais”.* É notório que, uma vez redigido em ordem direta, o texto se torna mais simples e claro – mais adequado ao estilo científico.

Percebam ainda que, além da ordem direta, modificamos a última oração passando-a para a voz ativa (*se as intervenções contemplarem*) em vez da voz passiva anterior (*se algum trabalho com os pais for contemplado*). Fica mais uma dica: sempre que possível, recorra à voz ativa. Essa voz verbal, em conjunto com outros recursos, tem por característica trazer vivacidade ao texto, tornando a sua leitura mais agradável e menos cansativa. Na voz ativa, o verbo age; ele se mostra “vivo” e o mesmo acontece com o texto. Já na voz passiva, o verbo sofre ação; logo, está parado e o texto e a sua leitura também. Pelo mesmo motivo, além de preferir os verbos de ação, ponderar o uso

dos verbos de estado (p. ex., ser, estar, haver) é também outra boa forma de trazer dinamicidade ao seu escrito.

Problemas causados por mau uso da concordância. Outros problemas bastante comuns se encontram no uso da concordância inadequada, tanto em termos de número (singular e plural) quanto de gênero (masculino e feminino). Seguem alguns exemplos.

“Uma série de dados sugerem mudanças nos comportamentos dos jovens”. [...] “Dado os altos escores de depressão pós-parto”. [...] “Visto os índices dos estudos que apontam”. [...] “A maioria dos participantes apresentaram sintomas de depressão”. [...] “Levado em consideração as ideias de Prado (2005)”. [...] “Propõe-se as seguintes hipóteses”. [...] “A troca de agressões entre os irmãos foram punidos”. Em todos esses casos, a correspondência entre o gênero ou o número dos termos sublinhados é falha. Para a devida correção, a norma padrão requer que os verbos concordem com os núcleos dos sujeitos a que se referem. Assim, a escrita adequada seria: *“uma série de dados sugere”; “dados os altos escores”; “vistos os índices”; “a maioria dos participantes apresentou”; “levadas em consideração as ideias”; “propõem-se as seguintes hipóteses”; “a troca de agressões entre os irmãos foi punida”.*

Problemas causados por desconhecimento de regência. Alguns verbos em Língua Portuguesa exigem complementos para as ideias que trazem aos textos. São os chamados verbos transitivos. Os complementos que os seguem podem vir ou não iniciados com alguma preposição (complementos diretos e indiretos, respectivamente). Os desvios mais comuns no campo da regência verbal – que trata dessa relação entre os verbos e seus complementos – dizem respeito ao mau uso das preposições. Por exemplo, no trecho *“É preciso fortalecer o vínculo com os adultos que as crianças vítimas de abuso sexual confiam”*, faltou a adequação da regência do verbo “confiar”. Em geral, solucionamos dúvidas sobre regência com frases como “quem confia, confia em alguém”. Assim, o exemplo anterior corrigido traria que *“é preciso fortalecer o vínculo com os adultos em quem as crianças vítimas de abuso sexual confiam”.*

Outro exemplo: *“Algumas das atividades nas instituições que as crianças em situação de rua relataram gostar foram [...]”.* Questionando mais uma vez a regência do verbo, dizemos que “quem gosta, gosta de algo”. Assim, diríamos que *“Algumas das atividades nas instituições de que as crianças em situação de rua relataram gostar foram [...]”.* É preciso tomar ainda mais cuidado com esse tipo de desvio quando dois verbos com regências distintas aparecem juntos. Por exemplo:

“Caso a universidade aprove e trabalhe no projeto, a parceria será firmada. Caso ela não concorde e rejeite a proposta, outra instituição será acionada”. Nesse caso, embora os verbos “aprovar” e “trabalhar” possuam o mesmo com-

plemento (“projeto”), a regência deles não é a mesma. O mesmo ocorre com os verbos “concordar” e “rejeitar”. Para resolver esse problema, podemos recorrer à seguinte estrutura: *“Caso a universidade aprove o projeto e trabalhe nele, a parceria será firmada. Caso ela não concorde com a proposta e a rejeite, outra instituição será acionada”*. Assim, mantemos os complementos dos verbos apresentados de maneira adequada ao que exige sua regência.

Outros exemplos comuns: *“Este é o projeto que o autor referiu quando apresentou seu trabalho que visa a investigação de fatores de risco associados ao comportamento suicida”*. O verbo “referir” com o sentido de “aludir; reportar-se a” exige o uso da forma pronominal “referir-se”, complementada pela preposição “a”. E o verbo visar, no sentido de “ter como objetivo; pretender” exige também a preposição “a”. Porém, quando é seguido por um infinitivo, sua utilização é facultativa.

Dessa forma, adequando o trecho às normas de regência verbal, teríamos: *“Este é o projeto a que o autor se referiu quando apresentou seu trabalho que visa à investigação de fatores de risco associados ao comportamento suicida”*.

OUTROS DESVIOS FREQUENTES

Repetição vocabular. O nosso idioma é reconhecido como um dos mais melódicos e ricos vocabularmente no mundo. Temos uma infinidade de palavras que se harmonizam e se aproximam por sinônimos, diversificando o nosso discurso. Ainda assim, muitos escritos científicos não valorizam a pluralidade da língua. Em casos mais graves, parece haver um vício de o texto se restringir aos mesmos vocábulos.

Segue um exemplo para ilustrar o problema: *“Os testes foram aplicados em jovens de 15 a 19 anos. Os jovens, a princípio, respondiam a perguntas de ‘aquecimento’ sobre o tema da pesquisa. Em seguida, os jovens respondiam a perguntas sobre os comportamentos-alvo. Os resultados mostraram que 45,4% dos jovens responderam [...]”*. Esse trecho, menos incomum do que se pode imaginar, abusa da repetição vocabular. Após uma rápida revisão, ele poderia ser facilmente alterado para: *“Os testes foram aplicados em jovens de 15 a 19 anos. A princípio, os participantes respondiam a perguntas de ‘aquecimento’ sobre o tema da pesquisa. Em seguida, eram questionados sobre os comportamentos-alvo. Os resultados mostraram que 45,4% dos entrevistados indicaram [...]”*.

Uma boa solução é substituir o termo repetido por palavras que o retomem direta ou indiretamente. Há também a possibilidade de aglutinar as frases (p. ex., *“Os testes foram aplicados em jovens de 15 a 19 anos que, a princípio, respondiam”*), mas esta traz consigo o risco da construção de períodos longos demais. Outra solução é o uso de pronomes (p. ex., *“Os testes foram*

aplicados em jovens de 15 a 19 anos. A princípio, eles respondiam). No entanto, pronomes não são os recursos mais elegantes ou enriquecedores de vocabulário. Por isso, use-os com parcimônia.

Quando o problema da repetição se der com verbos, há a possibilidade de outra intervenção bastante eficaz: além dos sinônimos, podemos substituir o verbo por seu equivalente substantivo. Por exemplo, o trecho *“Primeiro pedíamos às crianças que construíssem uma casa com as peças de brinquedo. Depois que construíssem o solicitado, pedíamos que construíssem uma jaula”* pode ser reescrito como *“Primeiro pedíamos às crianças que construíssem uma casa com as peças de brinquedo. Depois de feita a construção, pedíamos que montassem uma jaula”*. O nosso idioma é bastante rico. Usar um mesmo recurso, ou repetir sempre a mesma palavra, pode refletir um pensamento limitado. Como afirmou certa vez o ilustre escritor português José Saramago, quanto mais palavras conhecemos e utilizamos, mais somos capazes de dizer o que sentimos ou pensamos (Lopes & Nadruz, 2002).

Em relação a este tópico de repetição vocabular, cabe uma ressalva: como afirmamos anteriormente, o gênero científico preza pela clareza das ideias. Por conta disso, nos casos em que trabalhamos com um conceito científico no texto, é necessário repetir o mesmo termo conceitual sempre que nos referirmos a ele, para não confundir os leitores (Bem, 2003). Nesses casos, repetir a mesma palavra – o mesmo conceito científico – mantém a consistência técnica do texto e evita que leitores desavisados interpretem os sinônimos diferentes utilizados como conceitos diferentes. Assim, o mais adequado parece ser parear a combinação da consistência conceitual (repetição do mesmo termo correspondente a um conceito) com a prática de explorar o vocabulário da língua portuguesa nos momentos adequados, como nos exemplos anteriores e no desvio de “queísmo”, do qual trataremos a seguir.

“Queísmo”. O vício conhecido popularmente como “queísmo” nada mais é do que um problema de repetição vocabular como os citados anteriormente, mas específica para a palavra multifunção “que”. Na nossa gramática, além de ter função de pronome relativo, esse minivocabulo aparece em uma gama de conjunções. O problema do “queísmo” vai além da questão da repetição, pois o seu som em leitura quebra a eufonia do texto, isto é, a boa sonoridade ou “musicalidade” do escrito.

Segue um exemplo: *“Entender o que é que as crianças entendem por casamento foi a pergunta que motivou este estudo. Ainda que haja literatura vasta que trate do tema casamento, não se encontram muitas referências que trabalhem de que maneira isso afeta a forma que as crianças veem o mundo”*. Para escapar desse vício, valem as mesmas soluções discutidas para a repetição de outras palavras. Além disso, vale aqui também investigar se é possível dividir períodos lon-

gos em outros mais curtos. Em geral, essa prática elimina os “ques” supérfluos, além de tornar a leitura mais agradável e melhorar a compreensão do texto.

Estrangeirismos sem itálico ou aspas. Foi-se o tempo em que a produção de conhecimentos científicos relevantes se concentrava em uma única região. Diferentes países produzem academicamente, mas, para trocar suas experiências e descobertas, grande parte das vezes recorrem a uma mesma língua: o inglês. Muitas vezes isso acarreta no problema da intraduzibilidade, o maior contribuidor para o uso de importações linguísticas nos textos científicos. Afinal, de que outra forma nos referiríamos ao *bullying*, ao *priming*, ao processamento *bottom-up* ou *top-down*, ao *coping*, ao *craving* e a tantos outros se não pelos seus termos originais?

A necessidade do uso desses termos, entretanto, não exclui a existência do nosso idioma próprio. Muito menos faz com que tais termos “emprestados” do inglês percam sua característica estrangeira quando escritos em nossos artigos. Recorrer a essas palavras não é o problema. O problema é não utilizar as aspas ou o itálico (substituto que vem tomando espaço nos textos digitados) que as identifiquem como estrangeiras. Mesmo que o termo já tenha se tornado comum em seu grupo de pesquisa, enquanto ele não for portuguêsado (i.e. transformado em uma palavra do idioma português), precisa-se demonstrar que ele é ainda um “empréstimo”. O cientista deve lembrar que, por mais que o *coping* já pertença à Psicologia, ele ainda não pertence à língua portuguesa.

BREVE NOTA SOBRE O ACORDO ORTOGRÁFICO

Acordo Ortográfico é um tratado assinado por países que compartilham o uso da mesma língua. Sua finalidade é padronizar as grafias e regulamentar as normas das palavras que, no processo de transformação histórica de cada região federativa, diferenciaram-se parcialmente dos vocábulos de suas compatriotas. Ao unificar a língua, o tratado internacional também fortalece os laços comerciais das comunidades envolvidas, tendo em vista a facilitação da exportação e importação de livros cuja escrita se iguala. O último assinado pelo Brasil refere-se ao Acordo Ortográfico de 1990, o qual, depois de décadas de tentativas, entrou em vigor em 2009, com prazo para o final da coexistência da grafia pré e pós-acordo firmado para o início de 2013 (Decreto Federal Nº 6.585, de 29 de setembro de 2008) e posteriormente prorrogado para janeiro de 2016 (Decreto Federal Nº 7.875, de 27 de dezembro de 2012). Essa prorrogação é, em parte, fruto dos esforços de algumas instâncias de Portugal que solicitam a revogação do Acordo.

Apesar das solicitações de revogação, a princípio o Acordo deve valer a partir de 2016. Ainda assim, como o próprio nome diz, o Acordo Ortográfico limita-se a alterações na escrita do nosso idioma em uma categoria específica: a Ortografia. Não mudam os sentidos das palavras, a organização das frases ou a forma de pronunciar acentos. Assim, para a população que tem na oralidade o porto seguro de suas profissões, pouco se altera. Entretanto, para os que trabalham diretamente com a escrita, como nós, cientistas e pesquisadores, é necessário estar atento.

A mudança mais notória de fato se refere ao uso de hífen. *Grosso modo*, com o novo acordo, são unidas duas palavras sem hífen quando a letra final de um prefixo for diferente da letra inicial da palavra seguinte. É o caso de semiárido (o “i” final de *semi* difere do “a” inicial de *árido*), de contrarreforma (o “a” final de *contra* difere do “r” de *reforma*, dobrado apenas para manter o som), de ultrassom e de eletroeletrônico. Quando se tratarem de letras iguais, o hífen servirá como elo entre as palavras, tais quais micro-ondas e inter-regional, por exemplo.

Esse tipo de regra, no entanto, sempre traz consigo algumas exceções. Se ficamos muitas vezes com uma impressão de insegurança, do tipo “uso ou não uso?”, precisamos fomentar em nós mesmos um compromisso com a palavra, buscando os dicionários e as gramáticas quando necessários. Assim como fazem os advogados com seus inúmeros artigos e incisos e os profissionais da saúde com os códigos da *Classificação internacional de doenças* (CID) e do *Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais* (DSM), nós, que recorremos sempre à escrita em nossa profissão, também não precisamos decorar todas as regras. Para casos específicos, o uso de um dicionário atualizado, de uma tabela de hifenização adaptada para o Acordo, ou ainda uma pesquisa em *sites* especializados são, em geral, soluções mais eficazes. Algumas opções são os próprios *sites* do governo (http://www.brasil.gov.br/navegue_por/aplicativos/reforma-ortografica) e da Academia Brasileira de Letras (<http://www.academia.org.br/abl>), em que constam os documentos oficiais e as alterações.

De todo modo, mudanças que podem ser garantidas com o novo acordo são: a “queda” do trema; o sumiço de acentos em vogais dobradas (p. ex., *ve-em*, *creem*, *leem*, *voo*, *enjoo*) e em ditongos paroxítonos (p. ex., *ideia*, *assembleia*, *paranoico*, *proteico*, *espermatozoide*); e o desaparecimento de acentos diferenciais, com em “para”, que hoje serve tanto como preposição quanto como conjugação do verbo “parar”. No entanto, ainda assim vale sempre a sugestão de conferir em literatura ou *sites* especializados quando houver dúvidas. Por exemplo, a regra quanto à “queda” do acento diferencial não afeta a distinção entre o verbo “pôr” e a preposição “por”; ou as formas “pôde” e “pode”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Parece muito a se saber, não é? Um pouco. Lembre-se de que a prática é a melhor ferramenta para transformar o complicado em simples. De certo a melhor forma de se conseguir essa façanha em se tratando da língua portuguesa é a leitura. Para escrever bem, deve-se ler sempre e escrever sempre. “Lendo o que outros cientistas escreveram, você conseguirá nutrir o seu próprio processo criativo e gerar seus próprios textos” (Trzesniak & Koller, 2009, p. 21).

Além disso, quando alguma dúvida surgir, não procure apenas no dicionário se aquela palavra se escreve com “L” ou com “U”; busque no Google ou em *sites* especializados alguém que explique a regra. Aprender é melhor do que meramente corrigir e ajuda a despertar o prazer de conhecer a nossa língua. Você perceberá que aprender seu idioma é conhecer ainda mais sua cultura e sua história.

A leitura sozinha, entretanto, não será suficiente. Revisar o próprio escrito é importante. Revisar de verdade, de ponta a ponta, do primeiro parágrafo da introdução às últimas linhas das considerações finais. Ao fazer uma revisão, provavelmente você perceberá alterações que precisam ser feitas, ou frases que não ficaram tão claras. O ideal é que essa revisão ocorra com um período de uma semana desde o momento da escrita. Isso porque, se a leitura de revisão ocorrer de forma imediata, seu pensamento ainda estará imerso demais na escrita inicial para que se notem os desvios e “vacilos” linguísticos. Ou seja, revisar vai exigir disciplina. É preciso terminar o texto com antecedência suficiente para relê-lo. Assim, desvencilhe-se do mau costume de finalizar trabalhos no limite do prazo. No Capítulo 11 deste livro, você encontrará boas indicações de manejo de tempo para auxiliar nessa tarefa.

Durante o processo de releitura, caso você “trave” em alguma frase ou surja alguma dúvida, leia-a em voz alta. Melhor ainda, reserve um tempo para reler todo o texto em voz alta. Assim, o seu ouvido também auxiliará na formulação da frase, por meio da eufonia que nos é inata. Ao ler o texto em voz alta, somos capazes de perceber quais partes da nossa escrita estão muito cansativas, quais não estão claras ou são repetitivas, e quais não soarão bem para os nossos leitores. E se, depois de exteriorizar a leitura, algum trecho lhe parecer estranho, reescreva-o. Temos o hábito de proteger as palavras que escrevemos, como se não pudéssemos escrever nada melhor. No entanto, precisamos treinar a autocrítica. A todos os escritores, é necessário aprender a abrir mão de algumas ideias e frases para que outras melhores tomem o seu lugar.

Além de todas essas sugestões, cabe ainda mais uma: peça ajuda. O processo de publicação dos textos científicos tem como uma de suas características a submissão à apreciação de outros investigadores durante o seu processo

editorial – é a famosa avaliação por pares (Trzesniak & Koller, 2009). Assim, solicitar revisões preliminares pode lhe poupar um tempo precioso no futuro.

Tenha sempre a tiracolo aqueles amigos ou colegas da área que não se incomodam em ler algumas dezenas de textos sobre Psicologia ou Estatística. Ligue para aqueles parentes que são ótimos em língua portuguesa e pronunciam todos os ditongos, os “esses” dos plurais e os “erres” dos infinitivos. Não tenha vergonha de mostrar o seu texto e ouvir opiniões. É muito melhor do que confiar somente nos corretores dos programas de edição, tipo *Word* – por mais desenvolvidos que sejam, muitas vezes eles não são capazes de reconhecer o sujeito da frase ou não percebem erros relativos a palavras com grafias próximas como no momento de se utilizar “influência” ou “influencia”.

São atitudes simples, mas valiosas. Se a insegurança permanecer, recorra a especialistas. Existem muitos profissionais competentes que não só corrigem o texto, mas também estão dispostos a oferecer algumas dicas para melhorar sua escrita. Com tudo isso em mente, resta-nos desejar a vocês uma boa escrita. Lembrem-se que, como bons pesquisadores e cientistas, ao apresentar um texto escrito de forma adequada, vocês estão demonstrando respeito pelos seus leitores colegas de profissão e pelo seu próprio idioma.

REFERÊNCIAS

- Bakhtin, M. (2000). *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes.
- Bem, D. J. (2003). Writing the empirical journal article. In J. M. Darley, M. P. Zanna, & H. L. Roediger III (Eds.), *The compleat academic* (2ª ed.). Washington, DC: American Psychological Association. Retirado de <http://dbem.ws/pubs.html>, 15 de outubro de 2012.
- Day, R. A. (2001). *Como escrever e publicar um artigo científico* (5ª ed.). São Paulo: Santos.
- Granja, E. C. (1998). *Diretrizes para a elaboração de dissertações e teses*. São Paulo: Serviço de Biblioteca e Documentação do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.
- Lopes, V. & Nadruz, U. (2002). *Língua – Vidas em Português*. [Filme-vídeo]. Portugal: Costa do Castelo Filmes.
- Marcuschi, L. A. (2002). Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In A. P. Dionísio, A. R. Machado, & M. A. Bezerra (Eds.), *Gêneros textuais e ensino* (pp. 19-36). Rio de Janeiro: Lucerna.
- Trzesniak, P. & Koller, S. H. (2009). A redação científica apresentada por editores. In A. A. Z. P. Sabadini, M. I. C. Sampaio, & S. H. Koller (Eds.), *Publicar em psicologia: um enfoque para a revista científica* (pp. 19-33). São Paulo: Associação Brasileira de Editores Científicos de Psicologia/Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.